

## Acórdão nº 9.173/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO:

Processo nº 18.785.2014-90-TCE

ASSUNTO:

Prestação de Contas da Câmara Municipal de Brasiléia, exercício de 2013.

RESPONSÁVEL:

Senhor **Mário Jorge Gomes Fiesca**

RELATORA:

Conselheira **Dulcinéia Benício de Araújo**

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Intempestividade da prestação de contas. Não encaminhamento dos documentos elencados nos itens II, III, VI, XII, XIII, do Anexo V, da Resolução nº 62/2008. Divergência entre os dados contidos nos Anexos 13, 14, e 15 apresentados física e eletronicamente. Descumprimento da Lei nº 8.666/93. Não envio do inventário atualizado de bens móveis e imóveis. Descumprimento do previsto no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal. Inexistência de Controle Interno. Irregularidade. Condenação. Devolução. Pagamento de multas. Remessa de cópia do apurado ao Ministério Público Estadual.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **1)** considerar **irregular** a Prestação da Câmara Municipal de Brasiléia, exercício orçamentário e financeiro de 2013, de responsabilidade de seu então Presidente, Senhor **Mário Jorge Gomes Fiesca**, nos termos do art. 51, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em razão: **a)** da intempestividade da prestação de contas; **b)** do não encaminhamento dos documentos elencados nos itens II, III, VI, XII, XIII, do Anexo V, da Resolução nº 62/2008; **c)** da divergência entre os dados contidos nos Anexos 13, 14, e 15 apresentados física e eletronicamente; **d)** do descumprimento da Lei nº 8.666/93, em razão da aquisição de combustível, material de escritório e contratação de consultoria, sem o devido procedimento licitatório ou justificativa de dispensa e/ou inexigibilidade; **e)** da não confirmação da quantia de R\$ 3.476,21 (três mil, quatrocentos e setenta e seis reais e vinte e um centavos), a ser transferida para o exercício seguinte; **f)** do não envio do inventário atualizado de bens móveis e imóveis; **g)** do descumprimento do previsto no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal; e **h)** da inexistência de Controle Interno; **2)** **condenar** o Gestor à devolução aos cofres do Município, **no prazo de 30 (trinta) dias**, da quantia de **R\$ 3.476,21** (três mil, quatrocentos e setenta e seis reais e vinte e um centavos), referente ao saldo a ser transferido que não foi comprovado, conforme previsto no *caput* do art. 54 da LCE nº 38/93, **impondo**, ainda, o **pagamento de multa de R\$ 347,62** (trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos), que corresponde a 10% (dez por cento) sobre o valor a ser devolvido, nos termos do art. 88 da Lei Complementar Estadual nº 38/93; **3)** **fixar multa**, prevista no art. 89, incisos II e III, da LCE nº 38/93 c/c o art. 139, incisos II e III, da Resolução TCE/AC nº 30/96, ao Senhor **Mário Jorge Gomes Fiesca**, no valor equivalente a **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta

## (Acórdão nº 9.173/2015/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)

reais), em razão das falhas apuradas, considerando o efeito pedagógico, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no **prazo** de **30** (trinta) **dias**. Na hipótese de descumprimento, deverá ser procedida sua cobrança pela via judicial, nos termos dos arts. 23, inciso III e 63, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93; e 4) **remeter** cópia do apurado por esta Corte de Contas ao Ministério Público do Estado do Acre. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro.

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre**

**Rio Branco – Acre, 30 de abril de 2015**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**  
Presidenta do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

Fui presente:

**ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA**  
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC